

SESSÕES DO PLENÁRIO

31ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 15 de abril de 2013.

PRESIDENTE: DEP. ADOLFO MENEZES *AD HOC*

À hora regimental, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Jr., Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araujo, Uziel Bueno, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (60)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Fátima Nunes, comunicando sua ausência das sessões nos dias 28/02, 14 e 25/03/2013, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Delegado Deraldo Damasceno, comunicando sua ausência da sessão no dia 20/03/2013, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Campos Machado, Líder da Bancada do PTB na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, encaminhando cópia da Moção nº 14/2013, de sua autoria, de apoio e solidariedade ao Sr. José Maria Marin, Presidente da CBF.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário as atas das seguintes sessões ordinárias: 9ª, 12ª, 14ª, 17ª 18ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª, 26ª, 27ª, realizadas, respectivamente, em 4, 7, 12, 18, 19, 20, 25, 26 e 27 de março de 2013, 4 e 8 de abril de 2013; das sessões especiais 7ª e 10ª, realizadas, respectivamente, em 21 de março de 2013 e 04 de abril de 2013; e das 3ª e 4ª sessões extraordinárias, realizadas em 4 de abril de 2013.

Em votação as atas que acabam de ser lidas. (Pausa)

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, apenas para ficar registrado, esta aprovação refere-se a atas que não foram lidas e das quais não temos conhecimento.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Em votação.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovadas.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais deputados, primeiro, quero parabenizar e ressaltar a vitória socialista na Venezuela. Nosso camarada Nicolás Maduro foi vencedor das eleições da Venezuela, portanto, com a certeza da continuidade do projeto socialista naquele país. Pode-se até dizer que a diferença foi pequena, ou seja, cerca de 230 mil votos. A vitória socialista alcançou 230 mil votos de frente, uma diferença relativamente pequena, mas com grande significado para o povo venezuelano pois significa a continuidade do projeto socialista naquele país, significa a reafirmação da democracia.

Não há que se falar que não há democracia numa eleição democrática, direta, onde a diferença entre um candidato e outro foi pequena. Se não houvesse democracia, o outro lado não teria condições nem de concorrer. O outro lado concorreu em igualdade de condições, perdeu a eleição com uma diferença pequena e, com isso, foi reafirmado o projeto socialista na Venezuela.

Quero parabenizar o povo venezuelano. Nicolás Maduro, o novo presidente da Venezuela, tem a responsabilidade de continuar o projeto iniciado por Hugo Chavez, projeto que melhorou consideravelmente a vida do povo da Venezuela. Projeto que investiu na educação, investiu na saúde, investiu na melhoria das condições de vida da população.

Naturalmente, é necessário que tais medidas sejam aprofundadas, até porque as correntes de direita avançaram nessas eleições da Venezuela. O projeto socialista foi reafirmado, mas as forças de direita conseguiram avançar. É preciso, portanto, as forças progressistas e socialistas daquele país avançarem para desmascarar as propostas dos que querem colocar a Venezuela no rumo errado, querem colocar a Venezuela no retrocesso, querem retomar o atraso naquele país. Por isso, é importante reafirmarmos a luta do povo venezuelano.

Quero informar, também, que eu e o deputado Fabrício Falcão, na quinta-feira estaremos embarcando para a Palestina para nos solidarizarmos com o povo palestino, com a defesa do Estado palestino já reconhecido pela ONU, mas que, infelizmente, Israel não reconhece e continua massacrando o povo daquela região. Estaremos lá eu e o camarada Fabrício Falcão. Iria a bancada inteira, eu, deputado Fabrício e a deputada Kelly Magalhães, mas, saírem três comunistas e aqui ficar sem nem um comunista é complicado. Tem de ficar ao menos um comunista aqui. Não pode ficar totalmente desfalcado, não podem viajar todos os comunistas juntos.

Estaremos lá, pedimos licença formal à Assembleia Legislativa da Bahia, e quando retornarmos da viagem à Palestina, prestaremos contas e faremos um pequeno relato da nossa viagem de solidariedade ao povo palestino, a convite do governo da Palestina.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputada Ivana Bastos pelo tempo de cinco minutos.

Camarada Álvaro Gomes, defensor da democracia, da Coreia do Norte, da Venezuela, de Cuba.

A Sr^a IVANA BASTOS:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, público presente, jornalistas, hoje venho a esta tribuna para comemorar.

Na última sexta-feira, em audiência com o secretário de Administração, Dr. Manoel Vitória, ele nos confirmou a autorização para construção do SAC no município de Guanambi. O povo de Guanambi tem tido uma dificuldade muito grande para tirar carteira de trabalho, para tirar carteira de identidade, indo para Brumado, indo para Vitória da Conquista. Tem sido um anseio muito grande daquele povo e daquela região. A licitação para a construção do SAC, prevista para o início do segundo semestre deste ano, está orçada na faixa de 2,5 milhões de reais. Essa foi uma indicação nossa, aqui, na Assembleia Legislativa. Lembro-me que assumi como deputada estadual no dia 1º de fevereiro de 2011, logo em seguida entramos em recesso e no dia 15 de fevereiro de 2011 fiz uma indicação ao governador Jaques Wagner, solicitando a construção desse SAC no município de Guanambi.

Quero, aqui, também cumprimentar o município de Licínio de Almeida que, no último dia 12 de abril, festejou 51 anos de emancipação política. O prefeito desse município, Dr. Alan Lacerda, tem feito uma boa administração, destacando-se em diversas áreas, principalmente da área de educação. Mando, aqui, os parabéns a todos de Licínio de Almeida, especialmente ao vereador Marcos Correia, filho do nosso

amigo e ex-vereador Roque Correia.

Ao mesmo tempo em que cumprimento e festejo a chegada de benefícios, faço, aqui, também uma grande lamentação. O Conselho Tutelar de Guanambi está em greve em razão do atraso dos salários há três meses. Em contrapartida, o prefeito mandou um projeto para a Câmara de Vereadores, aumentando o seu salário em mais de 200%. O prefeito de Guanambi, deputada Luiza Maia, ganha mais de R\$ 20.000,00, enquanto os salários do conselho tutelar estão atrasados há três meses. Salário esse que é digno e que se presta a sua manutenção. Fica, aqui, o nosso protesto.

Aproveitando a oportunidade, quero convidar, mais uma vez, os deputados desta Casa para se fazerem presentes no grande seminário sobre a Fiol, que realizaremos, em Barreiras, no próximo dia 26, cujo tema será: A Bahia quer e o Brasil precisa.. Acreditamos que podemos elaborar um documento nesse seminário, para que possamos acompanhar de perto as obras e para que as obras da Fiol sejam retomadas. A nossa expectativa é que o ministro dos Transportes, César Borges, ministro baiano, anuncie a liberação total das obras da Fiol. As obras, através do Ibama, já foram 100% liberadas, mas é preciso alguns ajustes para que, realmente, o trem entre nos trilhos, este ano. Quero reforçar o convite a todos os deputados desta Casa para se fazerem presentes. Essa obra, que trará resultados magníficos para este Estado e para a nossa região, é da Bahia e de todos nós.

Já está confirmada a presença do ministro dos Transportes, César Borges; está confirmada a presença do ministro dos Portos e da ministra do Planejamento; está confirmada também a presença do ministro das Cidades. Hoje, uma rádio de Guanambi me questionou a presença do Ministério das Cidades no seminário. Ora, o trem vai passar pelas cidades e é preciso ver o como o Ministério das Cidades vai atuar naquela região e o que vai propor para a logística. Já está confirmada a presença do presidente da Valec; do presidente do TCU; do vice-presidente do TCU, baiano e ex-deputado, Aroldo Cedraz; do presidente do Ibama; de secretários; do governador Jaques Wagner e da Bahia inteira.

Quero reforçar esse convite para V.Ex^{as}.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, mais uma vez venho aqui pedir ao meu líder que instale a CPI que vai debater, discutir, investigar e ajudar nessa discussão do tráfico de pessoas. Já estamos com tudo organizado e todas as formalidades regimentais já foram cumpridas. Acho que é uma incompreensão não entender a importância para a vida das mulheres, das crianças. Então, é importante fazermos este debate e colaborarmos para desbaratar essa quadrilha que hoje vive vendendo pessoas. Acho isso uma coisa absurda.

A Oposição já indicou seus dois nomes, a Bancada do Governo já tem 7 deputados dispostos a participar dessa comissão, então, mais uma vez, quero fazer um

apelo ao presidente que está aqui, ao nosso vice-líder que fale com o Líder do Governo para que nos ajude nessa discussão.

Quero também, Sr. Presidente, registrar aqui a minha satisfação pela eleição do nosso companheiro Nicolás Maduro, na Venezuela. Ouvindo a fala do deputado Álvaro Gomes, temos plena concordância, porque, neste momento, o que a Venezuela enfrenta de articulação, tanto do imperialismo norte-americano, da grande mídia daquele país, das mentiras da Oposição, dizendo que vai fazer melhor do que Hugo Chavez fez, mas mesmo assim enfrentamos, a eleição foi vencedora, mais um momento de confirmação da democracia naquele País.

Estou feliz por essa realização e ao mesmo tempo preocupada. Precisamos voltar, através do nosso continente, reavaliar certas posições, porque a Direita tem avançado e está querendo tirar as forças progressistas, que têm avançado tanto na América Latina.

Quero também, Sr. Presidente, registrar o nosso apoio à PEC 37, que mantém os poderes do Ministério Público na questão das investigações. O meu mandato participou do ato aqui na sexta-feira de uma audiência em Camaçari, minha secretária deve ter dado entrada hoje, uma indicação para o Congresso nacional, mostrando a importância de não se aprovar essa PEC. Acho que o Ministério Público, uma entidade respeitada, precisa continuar com esse poder. Se essa PEC for aprovada quem perde é a sociedade. Por isso tenho minha discordância da sua aprovação.

A deputada Ivana Bastos falou que o conselho tutelar do seu município está sem receber. O nosso teve uma eleição democrática, quase 3 mil pessoas participaram e a nossa chapa elegeu 7 conselheiros e a oposição do companheiro Carlos Geilson, apenas 3.

Estou falando rápido, Sr. Presidente, porque vou à Marinha do Brasil a uma audiência com o vice-almirante para tentar ver se conseguimos colaborar com esse debate, com a situação em que vive aquele quilombo. Já falei aqui várias vezes, já prestei minha solidariedade, mas a situação lá continua muito ruim e é muito perversa a postura que a Marinha tem tido com aquelas comunidades.

Nós estamos juntos com o prefeito de Simões filho também, pedindo uma audiência para fazer o debate e vermos se conseguimos abrir uma alternativa, uma outra estrada e a Marinha deixar aquela comunidade livre para plantar, construir suas casas e cuidar das suas famílias, porque hoje é uma verdadeira perseguição e aquilo não pode existir num Estado democrático de direito como o nosso.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos por 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos que nos assistem e nos ouvem pela *TV Assembleia*, subo a esta tribuna, hoje, para dizer a V.Ex^{as} que faremos uma moção de congratulações pela passagem do aniversário de 50 anos do Sindiquímica. Um sindicato que até hoje persiste com aqueles ideais da

sua criação, que continua um trabalho cidadão, na direção da pedagogia cidadã, da construção de um mundo politicamente mais adequado, mais justo, mais igualitário.

O Sindiquímica, que nasceu nos anos 70 – através da Associação dos Trabalhadores na Área Petroquímica, entidade que surgiu um pouco antes –, é um sindicato que teve origem a partir dos investimentos que a Bahia fez na direção da construção do seu Polo Petroquímico.

São 50 anos de muita luta, de história e de uma contribuição substantiva não só para a área política, mas também para o sindicalismo independente, propositivo, no caminho socialista, na opção política que os trabalhadores escolheram.

Desse sindicato e das suas lutas foram paridas diversas lideranças importantes. O próprio governador do Estado da Bahia, Jaques Wagner, participou da fundação desse sindicato e do Partido dos Trabalhadores aqui na Bahia. Como também a nossa companheira Moema Gramacho, ex-prefeita de Lauro de Freitas que assumiu agora a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza; e o deputado federal licenciado Rui Costa, atual chefe da Casa Civil do governo de todos nós.

Para não falar de outras lideranças de igual importância que nasceram do seio dessas lutas tão fundamentais. Todos eles fizeram a opção por um sindicalismo que prefere o caminho da construção da orientação política e da organização dos trabalhadores, contribuindo para o crescimento de associações, de cooperativas e de outros sindicatos.

Então fica aqui a nossa moção de congratulações, que farei chegar à Presidência desta Casa, à Mesa Diretora, para marcar com muito júbilo, com muita alegria, com muito respeito o aniversário desse sindicato. E apresento essa moção numa atitude de quem é cúmplice, como sou, de um sindicato que não se dobrou em nenhum momento, mesmo nas épocas mais difíceis, quando a Bahia estava alinhada, através de quem a comandava politicamente, à ditadura militar que se instalou em 64 neste País.

Muitos quadros desse sindicato do ramo químico e petroleiro sofreram todo tipo de perseguição. Mas foi sempre uma entidade que, acima de tudo, se transformou numa escola de política na Bahia, influenciando as lutas não só do nosso Estado, mas também de todo o Nordeste e deste País.

Não é à toa que várias lideranças egressas das lutas do Sindiquímica, do Sindipetro, enfim, das organizações do ramo químico e petroleiro, tanto contribuíram para uma política objetiva de confronto com estado de exceção que se instalou no Brasil.

Portanto, esta moção de congratulações vai no sentido de reconhecer as lutas, a estatura, a dimensão, a importância de um sindicato que até hoje continua, a exemplo do Sindae, orientando, educando, fazendo o trabalho de educação política, um trabalho independente, do novo sindicalismo, que entre nós tem a cara do que deveria ser um sindicato independente.

Muito obrigado, Sr. Presidente, antes que V.Ex^a peça-me para que eu conclua a minha fala.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Marcelino Galo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, nobres deputados, Srs. Servidores, companheiros da imprensa, gostaria aqui de registrar esta segunda-feira extremamente feliz por causa do que aconteceu na Venezuela com a grande vitória do povo trabalhador, do povo pobre da Esquerda daquele País, ali sendo a atenção do mundo todo. A guerra midiática que se estabeleceu, que é organizada em todo o continente latino-americano, no sentido de combater os governos progressistas e que ali se estabeleceram contra a ofensiva neoliberal. Então, sem dúvida nenhuma, é uma das maiores vitórias do povo venezuelano. De forma madura, com muita maturidade, com muita garra e organização, venceu, com Nicolás Maduro, aquela eleição.

Uma eleição difícil por conta dos apoios do imperialismo, mas, mesmo assim, o povo venezuelano soube resistir e ali terá um governo até 2019. Sem dúvida nenhuma, o chavismo, agora em outra etapa, porque continua com uma liderança extremamente jovem, o presidente com apenas 50 anos e que, com certeza, será também extremamente combativo.

Aqui no Brasil, nós vamos ter uma grande responsabilidade no sentido de dar todo o apoio para a estabilidade e para que ali se estabeleça o avanço da democracia, do bem-estar da sociedade, dos trabalhadores, que têm um salário mínimo de 840 dólares, num país onde se fez uma das maiores distribuições de renda do continente, onde há programas sociais importantes. Então, quero registrar e dar vivas ao povo venezuelano por esta grande vitória.

Registro também a posse, hoje, da nossa companheira Moema Gramacho na Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, uma companheira testada na prática, grande gestora, tendo em vista as grandes mudanças que promoveu quando prefeita em Lauro de Freitas e que agora ocupa uma das secretarias estratégicas deste governo, que tratará justamente das pessoas que ao longo da história não foram tratadas de forma responsável, focalizará uma questão muito importante que é a inclusão social.

De forma que os programas de inclusão produtiva, o combate à pobreza, a organização dos pobres para que eles sejam atores importantes nesse processo, isso tudo será conduzido por uma pessoa extremamente experimentada, gestora capaz e politicamente muito hábil.

O governo agrega ali valor, eficiência, eficácia, para conduzir um dos processos mais importantes no governo, que é justamente combater a pobreza e a desigualdade neste Estado que tem 1,8 milhão de pessoas inscritas no Programa Bolsa Família. E esta não é uma questão que nos orgulha. Ao contrário, nos entristece, uma vez que expressa a pobreza extrema, a miséria que ainda existe na Bahia.

Sem dúvida alguma, a nossa ex-prefeita Moema Gramacho fará um grande trabalho.

Portanto, parabéns, governador Jaques Wagner, pela grande escolha que fez! Tivemos a grande oportunidade de participar da posse, que talvez tenha sido uma das mais concorridas do governo até então, deputado Joseildo Ramos.

Parabéns, boa sorte e felicidades para a companheira Moema.
Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Marcelino, V.Ex^a poderia assumir a presidência da Mesa, a fim de que eu possa utilizar a tribuna?

(O deputado Marcelino Galo assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra, pelo tempo de cinco minutos, o deputado Adolfo Menezes.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, é com pesar que inicio o meu pronunciamento. No último sábado, um funcionário do meu gabinete já havia quatro anos faleceu devido a um acidente de moto. Ele estava em plena juventude, com 32 anos. Saiu de lá alegre na sexta-feira, pois ia comemorar o aniversário. Era muito brincalhão. Mas naquele dia abraçava as pessoas e voltava para abraçar novamente, parecendo intuir que algo iria acontecer. Foi uma coisa emocionante. A vida é tênue, é praticamente uma ilusão.

Há pouco soube que, faz oito dias, ele esteve no enterro de outro colega dele. Coincidentemente, oito dias depois, ele é quem estava sendo velado na mesma capela nº 1 do Bosque da Paz. Apesar de vermos todos os dias acontecerem fatos como esse, é uma tristeza.

Vimos, no último final de semana, poucos acidentes de moto. Isso acontece porque as estatísticas não são divulgadas pelos meios de comunicação, pois a quantidade de jovens que as motos estão tirando do nosso convívio é uma catástrofe.

Há poucos dias, falei sobre a maioria penal. Votei na presidenta Dilma, mas fiquei triste pelo posicionamento dela, apesar de respeitá-lo. O pronunciamento foi feito pelo secretário-geral, o ministro Gilberto, e revelou que o governo é terminantemente contra, deputado Gaban, a mudança da maioria penal. Enquanto isso, ontem, mais um jovem universitário baiano foi assassinado brutalmente no Campo Grande, principal praça da nossa capital. Não há respeito a mais nada! Mais um jovem se foi, deputado Gaban, morto por delinquentes que já fizeram a mesma coisa e estão soltos.

Em São Paulo, vimos o governador Alckmin sugerir ao Congresso Nacional a mudança na lei. Não podemos esperar - como é o posicionamento de muitos - que seja dada educação a todo mundo e acabe o desemprego para pararmos de assistir, todos os dias, a essa matança absurda de menores!

Os menores sabem muito bem o que estão fazendo aos 17 anos. E por muitos acharem que eles são inimputáveis, a culpa é do governo, a culpa é do sistema.

Eu pergunto a vocês, Srs. Deputados, quando é que o governo, quer seja a presidenta Dilma, quer seja outro qualquer que venha assumir este País com tantos problemas, vai ter condições de oferecer empregos para todos, moradia, saúde e educação como é o desejo de todos?

Então, hoje, falo no Pequeno Expediente, mas amanhã vou usar um tempo maior para que possamos discutir esse absurdo, mais um absurdo deste País. Fico

triste por ter votado na presidenta Dilma e ver que o posicionamento deste governo é contra, significando que vamos continuar com essa malandragem, com essa matança – desculpem o termo neste Parlamento – com muitos vagabundos, marginais que não têm jeito, com 17 anos sendo imputados, como esse que matou barbaramente um jovem na porta de casa, na porta do prédio onde ele residia em São Paulo, que iria completar 18 anos esta semana e vai passar no máximo três anos numa Febem aí – mudaram o nome mas não funciona absolutamente.

É triste continuarmos com esse absurdo, e é claro que, quando a presidenta não quer, ela dispõe, deputado Luiz, como V.Ex^a sabe, da maioria do Congresso, e vai ficar tudo como está, essa malandragem neste País, nessa área.

Este é o meu posicionamento, mas é claro que temos que respeitar as divergências, até porque esta é uma Casa cujos representantes defendem cada um o que acredita, defendem o seu ponto de vista.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Com pesar, encerro dizendo da perda do convívio com um jovem que servia ao nosso gabinete, tragicamente morto num acidente, como milhares que têm a vida ceifada, todos os dias em todo Brasil, principalmente no interior.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra o deputado Gaban pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sr^a Deputadas, Srs. Deputados, 15 de abril! O governador até agora não mandou a mensagem do reajuste salarial dos servidores públicos. Pior: o que é que ele fez a semana passada? Deu na imprensa que daria não um reajuste mas uma reposição salarial. Os sindicalistas, mais uma vez calados, não se manifestaram. Sinalizaram para o governo “olha, está tranquilo, o sindicalismo continua na sua mão, não precisa dar nada.” O governo vai à imprensa e diz: “Não, eu não disse isso. Não disse que vou dar reposição. Não garanti que vou dar reposição salarial, que não é garantida, não. Em outras palavras, o que é que ele está querendo dizer? Sindicalistas, continuem calados.

Quem vai pagar a conta é o servidor público. Sabem por quê? Porque ele não vai dar a retroatividade. Estou aqui afirmando: este governo não vai dar a retroatividade, porque não tem compromisso com as leis que são aprovadas aqui nesta Casa. Não tem compromisso com os servidores públicos! Hoje, dia 15 de abril. Na melhor das hipóteses vai sair o salário em maio, porque agora a folha de abril já está sendo confeccionada, já tem um pretexto, uma desculpa. Esses presidentes de sindicato tinham que ter vergonha na cara, renunciar aos cargos. Não adianta ter carteirinha de PT, não. Tinha que ter responsabilidade com quem os elegeu para defender a categoria.

Vamos a um assunto que mais interessa, porque isso aí envergonha, é mais um assunto que envergonha a Bahia. Participei, e lamentavelmente não havia nenhum deputado estadual nisso, até porque acho que o Ministério Público deveria ter-nos

convidado, mas não não o fez, de uma audiência pública aberta para todo mundo, para se discutir a PEC 37. Lá, inclusive, manifestei-me, e lembrei, mais uma vez, o que eu havia dito quando reassumi meu mandato aqui, depois de dois anos de ausência, que aprendi lá fora que estamos muito dessintonizados da opinião pública. E lembrando disso, eu dizia da total dessintonia do Congresso Nacional e da classe política, porque não é à toa que, em todas as pesquisas de opinião pública, a classe política é a que tem menor credibilidade junto à população.

Lembrava que quando o STF condenou alguns envolvidos, nem todos ainda, o ex-presidente Lula que vai ser condenado, espero, proximamente, era o chefão. Mas alguns membros ilustres do PT foram condenados. Passou-se o sentimento para a população que seria, no Brasil, o marco zero de se acabar com a impunidade no País.

Foi uma expectativa muito grande, já que a impunidade sempre imperou sobretudo para aqueles que estão ligados a governos, independente do governo que for, que forem ligados a governos, e, aí, teria a proteção governamental. É o Congresso Nacional dessintonizado com a população.

E o que faz? Responde dando posse para dois condenados pelo STF. Pior, encaminhando-os para a comissão mais importante: Comissão de Constituição e Justiça. Então, dois condenados vão para lá. Então, esta é a maneira que o Poder Legislativo, em Brasília, deu resposta ao STF.

Não bastasse isso, veio um deputado do PTdoB com a PEC 37. O que ele quer com esta PEC? Quer que se acabe o poder de investigação que tem o Ministério Público. Com essa PEC, a atividade passe a ser desenvolvida, somente, pelas polícias civis. Peguei dados do Ministério de Justiça de 2011, porque, na Bahia, por exemplo, e em todos os estados, tem que falar a verdade, demoram para dar as autorizações dos índices.

A pesquisa do Ministério da Justiça mostra os números em nosso estado. Na Bahia, de 530 mil BOs ocorridos, apenas 36 mil tiveram inquéritos abertos, ou seja, em torno de 6.8%. O que mostra a incapacidade da Polícia Civil em assumir mais essa responsabilidade. Seria o primeiro País do mundo a colocar na sua Constituição Federal que, a partir daquele momento, vamos ter impunidade no País, além de um grande agravamento nesta questão.

Além de ser o primeiro País do mundo a oficializar a impunidade, teríamos, também o fato de que a investigação em todos os estados brasileiros, em todos, repito, não só na Bahia, seria política, até porque todos os secretários são nomeados pelos governadores; os delegados chefes são nomeados pelos governadores. Então, só seriam investigados aqueles que fazem oposição ao governo, independente de partido ou de estado.

Então, isso é uma excrescência. E me coloquei à disposição para que fizéssemos, aqui nesta Casa, Sr. Presidente, ou uma audiência pública ou uma sessão especial, onde seriam convidados os 39 deputados federais da Bahia e os três senadores para que, publicamente, eles se manifestassem se são a favor ou contra a apuração; se são a favor contra essa PEC. E fiquei até satisfeito em ver...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. GABAN:- (...) não só o deputado Nelson Pelegriño já se manifestou contrário também à PEC, bem como um dos nossos senadores, a nossa senadora Lídice da Mata também se manifestando contra essa PEC.

Temos de ouvir os 39 deputados federais e os três senadores da Bahia para que esta excrescência seja engavetada e esse deputado do PTdoB seja, sim, investigado. Vejam, só é a favor da PEC 37, quem tem medo de ser investigado; quem não tem, quer transparência. Os parlamentares têm de ser contra essa excrescência que estão querendo inserir na Constituição do nosso País.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de até cinco minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, deputado Marcelino Galo, demais deputados e deputadas, ontem, estive na cidade de Queimadas. Pude vivenciar, de perto, o desespero e o sofrimento daquela gente. Queimadas é banhada por cinco rios e todos secaram.

A água para a comunidade beber está vindo das barragens de Ponto Novo e Pedras Altas, porque a da Leste secou. E olhem que essa barragem abastece Santa Luz e Queimadas. É uma situação desesperadora!

Amanhã está programada uma manifestação. Será fechada a BA que corta a cidade de Queimadas. Só vão ter espaço para passar pelo bloqueio as ambulâncias. Também a ferrovia será fechada. A população não aguenta mais, não suporta mais e vai dar este grito de liberdade - eu diria liberdade neste momento - contra a negligência dos governos estadual e federal.

Nesta segunda, em Feira de Santana, houve uma manifestação de produtores rurais que saíram pelas ruas da cidade protestando contra a indolência, a moleza e a preguiça deste governo no combate à seca. E, observem bem, o governo Jaques Wagner criou a taxa da vergonha! Hoje as prefeituras da região, para encher o carro-pipa, têm de pagar R\$ 29,20! E pagar com antecedência, senão a Embasa não coloca um litro de água no caminhão! E é este o governo que diz que está combatendo a seca?! Mas que combate miserável é esse?! Que combate é esse, se as prefeituras têm de pagar para pegar água na Embasa?! E ainda pagar com antecedência!

É por isso que a Bahia começa a se levantar. Amanhã será Queimadas, onde a rodovia será fechada e a ferrovia também! Hoje, em Feira de Santana, produtores desfilaram com carcaças de animais, foram até o Banco do Nordeste protestar. Fala-se muito bonito, são muitas promessas, mas nada de concreto tem chegado para minorar o sofrimento do sertanejo.

Até na cidade de Queimadas vi imagens que não me deixaram dormir à noite. Estão gravadas na minha mente. A vegetação rasteira acabou, é um verdadeiro deserto! Parei, meu caro deputado Luiz Augusto, em frente à Fazenda Laranjeiras. E quem é daquela região sabe se vê uma casa perdida no meio do deserto. As carcaças de animais estão povoando o cenário! É isso que estamos vendo e vivenciando. Alguém há de dizer: “O fenômeno da seca não é culpa do governo”. É verdade, mas o

combate à seca, sim! A indústria da seca, sim!

E este governo do PT, que sempre combateu os governos passados, sempre falou da indústria da seca, agora se beneficia dessa indústria miserável, locupletando-se da fome e da desgraça do sertanejo! E não se ouve nada de concreto, a não ser na mídia, que está liberando disso e daquilo, mas o dinheiro não chega para o sertanejo! O dinheiro não chega para o produtor! O que chega é o sofrimento! Nós vivemos num Estado rico, é verdade. Temos as nossas riquezas. E ao mesmo tempo, paradoxalmente, as nossas pobreza.

Vamos compartilhar o sofrimento, vamos compartilhar as dificuldades. A Bahia não pode ficar dividida. Numa parte se constrói um estádio como a Fonte Nova, e não faltou dinheiro. Mas o dinheiro não chega para o semiárido! O dinheiro não chega, não há o benefício! E ainda se fala em ponte para gastarem 7 bilhões na construção, enquanto o carro-pipa não chega lá no semiárido. E a prefeitura, para pegar água da Embasa em Feira de Santana, tem de pagar R\$ 29,20 por cada caminhão, cada carro de 10 mil litros! Essa é a taxa da vergonha! E ela tem que acabar, governador!

Saia do gabinete e vá enfrentar os problemas, vá caminhar! Veja de perto a situação! Não fique encastelado recebendo de seus deputados e assessores notícias de que a situação é boa! Boa coisa nenhuma! A situação é desesperadora, é de sofrimento, deputado Marcelino Galo! A deputada Fátima Nunes, que é daquela região, tenha calma. Ajude-nos, dê as notícias verdadeiras ao seu governador, não engane, como muitos devem fazer. Não é possível que o governador Wagner não tenha um momento de lucidez para o combate à seca neste Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Marquinhos Viana: - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Questão de ordem do deputado Marquinhos Viana.

O Sr. Marquinhos Viana: - Sr. Presidente, eu gostaria de pedir uma verificação de quórum, mas antes de V. Ex^a fazer isso, gostaria de deixar registrado nesta Casa que estive em Santa Maria da Vitória numa audiência pública que discutia a criação de um campus da Universidade Federal naquela cidade. Deixo meus parabéns aos deputados José Rocha e Osiel Oliveira por apresentarem a emenda de criação de um campus da Universidade Federal em Santa Maria da Vitória.

Eu pude ver, nobre presidente, que isso vai beneficiar mais de 200 mil pessoas da região, e pude ver a quantidade de alunos, de pessoas parabenizando, realmente, pela iniciativa e pressionando o deputado Arthur Maia, que é o relator do projeto.

Queria deixar registrado nesta Casa que é de grande importância para aquela região a criação do campus no município de Santa Maria da Vitória.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Deputado Marquinhos Viana, sei que V. Ex^a estava muito ansioso para dar esta notícia, mas eu gostaria que V. Ex^a retirasse o pedido de verificação de quórum, já que foi feito um acordo e ainda faltam dois

deputados para falar no pequeno Expediente.

O Sr. Marquinhos Viana: - Em respeito ao acordo que foi feito pelos nobres colegas, eu faço a retirada do pedido de verificação de quórum para dar oportunidade aos colegas que vão falar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra por cinco minutos o deputado Luiz Augusto.

O Sr. LUIZ AUGUSTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, obrigado nobre colega Marquinhos, é bom a gente estar sempre cumprindo os acordos aqui. Eu estou aqui por uma coisa que não gosto de fazer, eu estava no meu gabinete e surgiram duas inverdades sobre o nosso prefeito de Guanambi. A deputada Ivana Bastos não foi feliz ao afirmar que o prefeito de Guanambi tinha mandado um projeto de reajuste do seu salário. Em primeiro lugar, isso é feito no ano anterior, na legislatura anterior, e esse projeto foi mandado para a Câmara na sessão anterior. Não existe nada de novo alterando o salário do prefeito. Então é uma pena que ela venha aqui à tribuna falar inverdades sobre o nosso prefeito de Guanambi.

Outra inverdade é que o prefeito está devendo três meses ao pessoal da Prefeitura. Está pago em dia, a Prefeitura de Guanambi não deve nada ao Conselho Tutelar, ao pessoal do Conselho, estão todos os salários rigorosamente pagos em dia. Mais uma inverdade. Não quero dizer que é mentira, mas não são verdadeiros os fatos que aqui ela relatou. Ela esteve com o secretário da Administração e colocou como se fosse pedido dela a instalação do SAC em Guanambi. É até um adversário meu que ficou de colocar os recursos, o deputado federal Daniel Almeida, que era para o prefeito do ano passado, mas, parece, foi cancelada a emenda parlamentar dele de três milhões de reais. Se não me engano, ele conseguiu alocar este ano os recursos de três milhões para que pudessem fazer o SAC em Guanambi. Nós tínhamos pedido um Posto Cidadão, mas como havia a possibilidade de ser feito o SAC, por um esforço do deputado Daniel Almeida, ele realmente deve ter colocado os recursos neste ano e deve sair agora para instalar o SAC em Guanambi, o que será bem-vindo. Nós todos estamos esperando que essa obra saia lá.

Se não me engano, quem está promovendo o seminário da Ferrovia Oeste-Leste, é o deputado João Leão e o deputado Walter Pinheiro, que tomaram a iniciativa para que fosse feito o seminário e convidaram todos para que dele participassem.

Claro, a Assembleia está pegando uma ponga. Nós todos iremos. Convidamos todos a irem ao seminário para discutir com todas as partes envolvidas neste processo desta Ferrovia Oeste-Leste, que deve passar também por Guanambi, Caetité e chegar ao Porto Sul.

Quanto à seca, como o tempo é muito pequeno, não vou falar sobre esse problema, vou deixar para amanhã, quando darei algumas opiniões, farei alguns relatos e darei algumas sugestões para que, realmente, os recursos possam chegar o mais rapidamente possível às pessoas que estão sofrendo no interior por causa da seca.

Era só o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra, por até 5 minutos, o nobre orador Bira Corôa, o rei de Camaçari.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores servidores desta Casa, imprensa, visitantes, faço uso da palavra neste exato momento para tratar de um tema que venho, durante um bom período, evitando fazer o debate, a discussão, mas há necessidade de travar essa discussão.

Venho relutando em falar do deputado que preside a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, principalmente para não fazer com que ele alcance o objetivo que está querendo provocar. Há um dizer popular: “Falem mal, mas falem de mim.” É isso que ele está buscando: utilizar a mídia, o espaço, a autopromoção.

Isso porque, Sr. Presidente, nada justifica o que ele vem fazendo em favor do racismo e da intolerância religiosa. E sigo, Sr. Presidente, dizendo que não quero fazer o debate entre o bem e o mal. Mas não pode alguém que se propõe a ocupar o cargo de presidente de uma comissão que tem a função de defender as minorias se posicionar contrariamente a assuntos que são muito caros para a democracia.

Sem dúvida alguma, Sr. Presidente, os últimos pronunciamentos dele e o embate provocado na sociedade são, nada mais nada menos, do que uma regressão no processo democrático, uma agressão à própria Constituição deste País. E olhe quem provoca isso? É a pessoa colocada no cargo para defender os interesses das minorias e para assegurar a própria Constituição.

Mesmo com toda a discordância, defendo o direito dele pensar diferentemente de mim. Porém, quem pensa desse jeito não pode assumir o cargo que ele assumiu. Continuo pensando assim: ele tem esse direito, mas deixe em paz o órgão que defende as minorias, deixe-o com quem, verdadeiramente, defende os direitos humanos, Sr. Presidente.

É inaceitável que a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal esteja, hoje, nas páginas de todos os jornais, sendo utilizada em toda a mídia como um instrumento de repressão às minorias e que esteja alardeando posicionamentos individuais que são um atentado ao direito constitucional de liberdade e, acima de tudo, aos direitos humanos.

Fere-se a Constituição quando há um posicionamento racista. Fere-se a Constituição quando há um posicionamento homofóbico. E se fere a Constituição quando há um posicionamento de enfrentamento a um setor religioso.

A liberdade de credo combina com o Estado laico. Ser laico significa respeitar todas as religiões, absolutamente todas. Esse deputado, Sr. Presidente, não faz isso. Ele precisa sair dessa comissão. Não se questiona sua opção religiosa, mas como trata os que pensam diferentemente.

Não tenho nenhum posicionamento contra seu direito de opção religiosa e de orientação sexual, mas tenho obrigação, como parlamentar nesta Casa, de exigir que ele respeite o direito dos outros de terem a opção religiosa e até mesmo terem a sua

orientação sexual. É inaceitável numa Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara federal estar mantendo a postura que ele vem mantendo.

Mas, Sr. Presidente, não posso deixar de me reportar a uma agressão por ele feita no final da semana passada...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir, deputado.

O Sr. BIRA CORÔA:- Concluirei.

(...) que foi, exatamente, contra a Mãe Menininha.

Quero dizer a ele que, além de homofóbico, além de intolerante e além de racista, ele é covarde. Covarde porque se reporta agredindo e acusando quem já não está mais aqui para se defender, quem está morto, como é o caso da Mãe Menininha. E quem é ele para atentar contra a Mãe Menininha, para comparar a sua história de vida com a de Mãe Menininha?

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir, deputado.

O Sr. BIRA CORÔA:- Quem é ele, Sr. Presidente, para levantar qualquer suspeita contra a capacidade de ação e o trabalho desenvolvido por Mãe Menininha e os feitos para a Bahia, para o Brasil e para a afirmação de identidade religiosa de um povo?

Eu não poderia deixar de me posicionar e, aqui, externar o meu repúdio àquele que deveria ter, pelo menos, a honradez de fazer jus ao título dado pela sociedade brasileira de defensor do Direito e da Constituição como deputado federal.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Marcelino Galo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Marcelino Galo para uma questão de ordem.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, gostaria de que fosse feita uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, tenho de lamentar essa questão de ordem do deputado Marcelino.

Há pouco, fiz um pronunciamento informando que, em todas as pesquisas de opinião pública, o Poder Legislativo é o que tem menor credibilidade. Citei o exemplo do STF, a resposta que o Congresso Nacional deu, dando posse a dois deputados do PT condenados, e pior do que isso, colocando-os na Comissão de Constituição e Justiça.

Vemos, aqui agora, Sr. Presidente, que o governador não mandou, até hoje, 15 de abril, e já deveria ter mandado logo no início de janeiro, o reajuste do servidor público. O Poder Legislativo vai no mesmo embalo, porque se não vier lá do Executivo, aqui não se faz nada. Nós somos um apêndice do Poder Executivo. O que o chefe fala é o que se faz aqui. E a Casa fica calada.

Pedi-se uma questão de ordem para encerrar a sessão mais uma vez! Desde que retornei à casa, é isso. Começamos na segunda-feira, acaba a sessão. Terça, vê-se

o que tem do Executivo para votar. Quarta-feira já não há sessão. Prorroga-se o tempo do Pequeno Expediente. Na quarta, a mesma coisa, e na quinta nem se fala, pois nem quórum há: abriu, pá, fechou!

E a seca? Cadê a seca? São Pedro já ajudou? Já que o governo não tem nenhuma obra estruturante, nenhum programa decenal de recursos hídricos, construção de barragem, de perenização de rios, para, aí sim, querer mandar mensagem aqui de 100 milhões para dar pra sindicato, pra ONGs. Vão fazer o que com esse dinheiro? Jogar fora, porque se não tem água para eles, se não temos projeto de barragens e de perenização de rios, eles vão pegar água onde? Vão jogar fora, como já fizeram outras vezes. Então, tem-se muito tempo para discutir aqui, em vez de querer-se, mais uma vez, encerrar a sessão.

Nós temos, agora, esta PEC 37, que é uma excrescência! Estão querendo acabar com o poder de investigação do Ministério Público. É o PTdoB que está fazendo isso, uma perna do PT, e a gente não discute esse assunto.

Será que nós vamos querer que na Bahia fique aqui só a Polícia Civil que não tem condições, não tem estrutura, não tem equipamento, não tem motivação salarial, não tem nada para poder investigar? Para quê? Para que os governos tomem conta e sempre venha uma investigação apenas política e não a criminosa, para que ele vá escolher a dedo quem deve ser investigado? Quem tem medo e quer aprovar a PEC 37, quem é a favor da, PEC-37 é porque tem medo de ser investigado?

E nós temos que botar isso com muita clareza para a sociedade, e o lugar de botar isso claro para a sociedade, explicar o que significa essa PEC 37 que o PTdoB, um braço do PT quer aprovar, somos nós, porque a população não vai saber isso aí. Isso tem que ser debatido aqui nesta Casa, deputado Marcelino Galo.

Por isso que eu fico triste em ver, mais uma vez, derrubar a sessão, não discutir. O governo do Estado da Bahia, e eu procurei nos jornais do Estado, não está cumprindo com a sua responsabilidade precípua de defender os interesses do Estado, nós temos os royalties do petróleo. O Rio de Janeiro entrou com uma ADIM no Supremo para derrubar o veto da presidente, porque ela insiste em prejudicar a Bahia. O governador Jaques Wagner não orientou a Procuradoria Geral do Estado para fazer a defesa como o Rio fez. A Bahia será prejudicada.

Eu apresentei os dados a semana passada, que hoje o Brasil é em torno de 2 milhões e 200 mil barris de petróleo/dia, e até o ano de 2020 isso vai 4 bilhões e 200 milhões de barris. Só com a produção, hoje, do Brasil, se aprovado o que o Rio está querendo nessa redistribuição que o Congresso Nacional aprovou, e os deputados federais da Bahia, ligados ao PT, foram contra, tem que deixar claro, dá um prejuízo para a Bahia, esse ano, de 700 milhões. Vamos sair de uma arrecadação do ano passado de 500 milhões para em torno de 1 bilhão e 200 milhões. Nós teríamos que discutir esse assunto.

E é por esse motivo, Sr. Presidente, que eu peço que seja zerado o painel, um acordo, porque não tenho o regimento da Casa, mas tudo agora é acordo, até hoje nós tivemos aí uma leitura apenas do cabeçalho de atas, e aí o presidente em exercício diz: “quem estiver a favor ou contra as atas que acabaram de serem lidas, se

manifestem, senão fiquem sentados”. Aí eu pedi: “ presidente, nós estamos aprovando aqui uma ata que não foi lida por V.Ex^a, nós estamos aprovando o que nem sabemos o conteúdo”. Esta Casa está trabalhando assim.

Eu disse, quando reassumi, que não seria complacente com cooperativismo nesta Casa. Se muitos não têm responsabilidade com seu mandato, eu tenho com o meu. Fiquei dois anos fora, estou voltando, quero compensar esses dois anos que me faltam, como se eu estivesse aqui os quatro. Não vou ser complacente.

Por isso, peço a V.Ex^a que zere o cronômetro, como um acordo, já, repito, porque não tem no Regimento, a Casa só vive de acordo, que dê o tempo de 15 minutos, eu acho que é o que está valendo, nem sei, porque é tanto acordo aqui, o tempo previsto nos acordos inúmeros que tem, para que V.Ex^a convoque quem estiver na sala do cafezinho, passeando pela Casa, para que venham aqui registrar a presença e assim possamos debater temas importantes, alguns deles eu acabei de citar.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Srs. Deputados que estiverem na sala do cafezinho, em seus gabinetes, há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da sessão. Convoco todos os deputados para que compareçam, que se zere o painel por 15 minutos para que possamos ter número para a continuidade da sessão.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Eu gostaria, Sr. Presidente, complementando o raciocínio, de dizer que a Casa não pode ficar assim, a Casa não está funcionando, a Casa não pode continuar sendo um apêndice do Poder Executivo. A gente só vai sentar aqui para ter uma sessão ordinária normal quando tiver projeto do interesse do Executivo? Pelo amor de Deus! Essa convivência e essa submissão do Poder Legislativo ao Executivo está extrapolando todos os limites possíveis. A gente está aqui é para trabalhar, a gente está aqui para debater os assuntos do Estado. Está parecendo, Sr. Presidente, que a Bahia está uma maravilha, que não há nenhum racionamento de água. Hoje, a Embasa anunciou, não sei se os deputados ouviram, o racionamento de água durante 3 meses na ilha de Itaparica. E falam que querem trazer turistas para a Bahia; querem fazer a ponte Salvador/Itaparica e nem água tem lá. A Embasa já vai racionar como já racionou, aliás, lá em Senhor do Bonfim, Campo Formoso e região não é nem racionamento, coitadas das pessoas. Lá, as pessoas estão brigando, indo aos tapas, para conseguir uma latinha d’água que está sendo distribuída nos carros-pipa, à noite, nas sedes dos municípios.

Não vejo os deputados do PT que são de Vitória da Conquista virem aqui para defender nenhuma obra para lá. Estão calados, silentes. Parece que a população da Bahia está vivendo uma maravilha, no mundo da propaganda do governo Jaques Wagner. Não podemos admitir as pessoas morrendo de sede e os rebanhos serem dizimados por essa seca implacável.

Está na hora de discutirmos aqui quais os projetos estruturantes que iremos lutar para trazer para a Bahia, num trabalho conjunto, e derrubamos a sessão? Como exigir dos servidores do Estado que eles cumpram as suas obrigações com zelo, com

eficiência se o governo do Estado responde não dando o reajuste salarial no dia 15 de abril que seria devido até o dia 1º de janeiro? Como é que pode exigir?

E a Polícia Militar convocou outra assembleia para decidir os destinos, porque o governo não deu a URV a nenhum servidor público. Eu fico muito à vontade, presidente, para falar sobre URV porque quando fui presidente deste Poder reconheci o direito e mandei que fossem feitos estudos para pagar e foi pago, depois veio o Judiciário. Por que o governo do Estado até hoje não deu para os funcionários do Executivo? Porque não deu para nenhum? Fica empurrando com a barriga. Então estão descontentes não só os servidores públicos que têm direito a URV, a Polícia Militar está revoltada porque, além da URV, o governo não paga nem o vale-transporte que o policial militar tem no seu plano de carreira.

E parece que tudo está indo maravilhosamente bem, que a agricultura está indo de uma maneira maravilhosa. Vimos o presidente da Federação da Agricultura fazer uma reunião, há uns 10 dias, mostrando o estado de calamidade pública em que se encontra todo o Estado, a perda que está ocorrendo na produção, e parece que para os deputados da Base do governo está tudo maravilhoso. Só vai ficar bom mesmo para as promessas deles no ano que vem, que é o ano de eleição, aí vão lá prometendo tudo: O alinhamento do governo Wagner com o governo do PT é fundamental. Precisamos estar alinhados para que as obras venham. Onde estão as obras? Onde estão as indústrias que vieram? Onde está a geração de emprego? Que alinhamento é esse? Temos que deixar muito claro para a população, e só pode ficar claro se houver debate nesta Casa. O governo só usa alinhamento como pretexto. Está na hora de defender o Estado da Bahia do prejuízo de 700 milhões de reais que vai ocorrer este ano, com este dinheiro poderia ser feito um tremendo programa de construção de barragens e perenização de rios, para sairmos dessa dependência dos carros-pipas. Já passou essa época. Eles têm que lembrar que estão aí há 8 anos com Lula, 2 anos de Dilma, 10 anos do PT. Na Bahia, são 6 anos do PT. Cadê o programa? Cadê o que eles estão fazendo para a Bahia? Por isso eles fogem do debate, Sr. Presidente.

E é por isso que eu tenho que manifestar a minha revolta com aqueles que não querem trabalhar na Assembleia. Acho que é uma falta de responsabilidade, uma falta de compromisso com a população. Porque se candidatou a deputado quem quis, ninguém foi obrigado. Ninguém foi imposto pela população para ser candidato. Então aqueles que se elegeram têm a obrigação de estar aqui na Casa trabalhando e debatendo os interesses da população. Divergências políticas existem, um fala e o outro responde se tiver argumento. Como eles não têm nenhum argumento para combater a Oposição nesta Casa, meu caro Líder deputado Elmar, fogem do debate encerrando todos os dias. Esta Casa não tem trabalhado. E aí eu pergunto: a Comissão de Fiscalização e Finanças faz o quê, pelo amor de Deus? Então, aqui não podemos falar. A Comissão de Finanças não funciona porque o governo vai lá e dá a presença para a imprensa não bater, mas não funciona. Dão as presenças e caem fora, vão embora, deram as presenças mas não funciona.

É isso que está acontecendo. A mesma coisa com o Plenário, não sei quantas presenças estão registradas e agora eu vejo que há apenas seis deputados presentes. O

resto se mandou, se picou e estão dando uma banana para a população; vão atrás da população no ano que vem para pedir voto, para dizer que vão fazer, acontecer, para iludir o povo mais uma vez. O povo tem que estar atento, o povo tem que estar acompanhando que esta Casa não tem trabalhado porque a Base do governo Wagner aqui não quer discutir nada porque não tem o que discutir. As questões que foram colocadas aqui, eles não têm resposta para dar, como não têm resposta para apresentar um plano decenal de recursos hídricos.

Disseram que gastaram 4 bilhões. Tem que ter uma investigação do Ministério Público Federal e Estadual para ver onde jogaram esses 4 bilhões que foram aplicados no governo Wagner, segundo declaração do próprio governador, em abastecimento de água. Aplicar 4 bilhões, que são mais da metade que levar água todo o Nordeste nesse projeto de transposição das águas, e aqui na Bahia onde é que está? O povo morrendo de sede e o governador andando de helicóptero.

O Sr. Bira Corôa:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem, deputado Bira Corôa.

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente, admiro muito a posição da Oposição e respeito porque venho da Oposição, e hoje sou da Situação.

O que acho interessante é a transferência de responsabilidade. Se a Oposição toda estivesse aqui exatamente nesse momento, eu até aceitaria o argumento apresentado pelo nobre deputado quando contesta como se fosse uma iniciativa da Situação em não ter as ações. Posso inclusive trazer para cá a lista de presença das comissões e vamos ver que a Base do governo está presente em todas as comissões, como aqui também. Agora, tentar transferir a responsabilidade do debate, da discussão, é direito inclusive da Oposição.

Quero apenas ponderar, Sr. Presidente, no que tange a essa questão, porque esta Casa nunca teve um funcionamento como nos últimos sete anos das comissões quanto agora. Então, questionar o papel das comissões é negar a realidade desta Casa e o momento que está vivendo a democracia deste Poder Legislativo. As comissões não existiam nesta Casa, sequer tinham espaço apropriado para as reuniões das comissões. E foi exatamente nesse novo período com o governo Wagner e com a gestão do deputado Marcelo Nilo nesta Casa que passamos a ter espaços apropriados para haver as reuniões das comissões, e pudemos ver as comissões funcionando.

Cheguei aqui, Sr. Presidente, em 2007. E de 2007 até hoje tive a oportunidade de presidir comissões. E de todas as comissões das quais presidi e participei têm um histórico montado aqui de se reunir e de realizar o seu papel e seu trabalho. E participo como integrante de outras comissões. Então, simplesmente tentar jogar numa vala comum sem fazer a pontuação devida do momento e da condição em que estamos nesta Casa, não é correto. Quero dizer que estamos vivendo nesta Casa um momento como nunca se viveu. Reconheço que precisamos fazer muito mais porque para isso fomos eleitos, para trabalhar em prol da sociedade e defender os interesses da nossa sociedade.

Quero aqui, mais uma vez, Sr. Presidente, pontuar que o trabalho do deputado não pode ser visto apenas que se restringe a sentar neste Plenário e a marcar presença

nesse painel. Restringe-se a estar cumprindo o seu papel ao longo de todo o Estado, cumprindo as suas tarefas com os setores organizados da sociedade.

Hoje, pela manhã, por exemplo, tive a oportunidade de estar num debate, Sr. Presidente, na defesa do DNOCS. Isso também é estar trabalhando para o que fomos eleitos, porque nem todos têm conhecimento há um movimento nacional para tirar a sede do DNOCS de Fortaleza e levar para o Rio Grande do Sul. Posicionamo-nos contra isso, pois o DNOCS foi criado para defender os interesses do Semiárido, especificamente no enfrentamento e no combate às condições impostas pela seca.

Não se pode perder esse instrumento que tanto serviço já prestou e que muito ainda há de prestar ao povo brasileiro, em especial ao Nordeste e à Bahia.

Então, Sr. Presidente, aceito e pondero os posicionamentos da Oposição, mas não os que venham na linha de tentar colocar todos numa vala comum. Aí não me permito. Como deputado desta Casa, posso afirmar que, hoje, a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia tem cumprido, com sua atuação, os compromissos assumidos com a sociedade. Os relatórios apresentados no final de cada ano têm demonstrado isso, haja vista a quantidade de matérias trabalhadas e discutidas. E destaquemos que esse fato não é patrimônio nem privilégio da Bancada de Situação, mas de todos os deputados.

Quero parabenizar e destacar a atuação da Oposição, porque, mesmo fazendo o protesto, se faz presente para discutir, debater e conduzir as matérias nesta Casa. Mas não me vejo como alguém que está indevidamente cumprindo a sua função. Por isso, Sr. Presidente, me posiciono desta forma.

Agradeço pela concessão desta questão de ordem e reitero a solicitação de verificação de quórum.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Inicialmente, deputado Bira, gostaria de parabenizá-lo pelo pronunciamento que fez hoje no Pequeno Expediente. Faço minhas as suas palavras. Em segundo lugar, devo destacar que V.Ex^a pode não se considerar nesta vala comum, porque tem estado sempre neste Plenário. Aliás, estou vendo aqui agora dois deputados da base do governo, V.Ex^a e o deputado Marcelino Galo.

Gostaria de dizer a V.Ex^a que, se tivéssemos nesta Casa a Oposição que a população da Bahia elegeu, teríamos o quórum para manter uma sessão funcionando. Só que grande parte dos deputados eleitos para fazer Oposição ao governo Jaques Wagner – segundo a vontade soberana do povo, que também quis a reeleição de Wagner – esqueceu os compromissos de campanha e bandeou para o lado mais fácil, ou seja, preferiu ficar com as benesses do governo.

Infelizmente, a Oposição que a população elegeu e que poderia estar aqui dando quórum, deputado Sandro Régis, debandou para o lado do governo. Por isso, não temos número suficiente.

No entanto, nunca generalizo, porque toda regra tem exceção. E V.Ex^a, deputado Bira, tem tido um comportamento exemplar em seus pronunciamentos e nas suas ponderações aqui nesta Casa, e não é de hoje. Falamos de uma maneira geral,

nos referindo, infelizmente, à grande maioria que não tem estado presente nesta Casa e não procura debater.

Com relação às comissões, algumas têm bons presidentes que fazem com que funcionem. Mas dou o exemplo da Comissão de Fiscalização e Controle, da qual faço parte, que não funciona. Na verdade, funciona de 4 em 4 meses, quando o secretário da Fazenda é obrigado constitucionalmente a vir apresentar o Plano Quadrimestral. Fora isso, ela não atua. Dão presença, repito, para que a imprensa não bata na comissão, e vão todos embora.

Um exemplo de comissão que exerce as suas funções é a de Segurança Pública, comandada pelo deputado Temóteo. Ela tem funcionado toda terça-feira. Estamos vivendo uma crise na segurança pública? Estamos. Mas essa comissão está funcionando, e temos de parabenizar esse fato.

Por outro lado, temos de criticar o não funcionamento deste Plenário e de algumas comissões.

E agora, Sr. Presidente, não temos a presença de 21 deputados e vamos ter de encerrar, lamentavelmente, mais uma sessão ordinária. Asseguro existir problemas que poderíamos debater para esclarecê-los, deixando a opinião pública bem informada.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Infelizmente, com a presença de apenas seis deputados, não há quórum legal para a continuidade desta sessão ordinária. Declaro-a encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*